

# Educar na *itinerância* - construindo a *Educação do Campo*

Educating in roaming -  
Building the Rural Education

Isabela Camini\*

**Resumo:** Em síntese, o texto trata da importância de educar na itinerância, construindo a educação do campo. A *Itinerante* aqui é analisada como uma experiência de escola do campo que surge anos antes do Movimento “Por Uma Educação do Campo”. A princípio, era denominada pelos Sem Terra de “Escola do Acampamento”, e a partir de sua legalização, como política pública estadual (1996), passa a ser Escola Itinerante. A ideia de lutar pela escola e por Reforma Agrária, ao mesmo tempo, nasceu porque as famílias perceberam a sua necessidade e decidiram não esperar o assentamento para ter acesso a ela. Ou seja, enquanto itinerantes, é importante que a Escola Itinerante caminhe com eles. No que se refere às Diretrizes Operacionais da educação básica para as escolas do campo, sua aprovação, 2002, foi fundamental neste processo, incentivando e fortalecendo a expansão desta política pú-

**Abstract:** In summary, the text addresses the importance of educating the roaming building the rural education. The Traveling here is analyzed as a rural school experience that comes years before the Movement “For A Rural Education”. At first, it was called by the Landless “School’s Camp,” and from its legalization, like politics public schools (1996), becomes Itinerant School. The idea of fighting by the school and Agrarian Reform, at the same time, was born because the families realized their need and decided not to wait for the settlement to have access to it. That is, while roaming, it is important that the Itinerant School walk with them. With regard to Operational Guidelines of basic education for rural schools, their approval, in 2002, was instrumental in this process by encouraging and strengthening the expansion of public policy for other

---

\* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e educadora do Setor de Educação do MST.

blica para outros estados da federação. Atualmente a EI é legalmente reconhecida em SC, RS, PR, AL e PI. Sua função social é educar onde as famílias estão: num acampamento, à beira da estrada, numa marcha rumo ao latifúndio, em frente a um prédio público. Ela tem uma estrutura física semelhante aos demais barracos de lonas do acampamento, em condições de ser construída, desconstruída e reconstruída a cada novo desafio.

**Palavras-chave:** Escola Itinerante, Educação do Campo, Escola do Campo, Movimento Sem Terra, Diretrizes Operacionais.

states federation. Currently, EI is legally recognized in SC, RS, PR, AL and PI. Its social function is to educate where families are: a camp, the roadside, in a march to the plantation, in front of a public building. It has a physical structure similar to other shacks plies in the camp, capable of being constructed, deconstructed and built every new challenge.

**Keywords:** Itinerant School, Rural Education, Rural School, Landless Movement, Operational Guidelines.

## Introdução

Este estudo objetiva refletir sobre a importância de manter viva a consciência do direito à educação dos “Sem Terra”, itinerantes na luta por Reforma Agrária. Desde o início da década de 1980, essa iniciativa contribui na construção da história da Educação no “Movimento Sem Terra”, (MST), e, a partir de 1998, acompanha e compartilha a experiência com a Articulação Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”.

É visível, nas ações desse Movimento Social, a ideia de ter escola onde está o povo. A prática de pensar e organizar a escola, tão logo inicia um acampamento, tornou-se um aprendizado para as comunidades acampadas do MST em nível nacional, mantendo-se até os dias atuais. Presenciamos relatos de pessoas que viveram essa experiência, como se observa a seguir na fala do educador Gilberto<sup>1</sup>.

– Começamos a escola no meu acampamento num relento de sol e em meio a uma terra lavrada. Ali não havia uma folha de árvore sequer para esconder a cabeça do sol. Um segurava o quadro encostado em uma cerca que guardava o latifúndio, enquanto outro escrevia. As crianças ficavam na frente, ouvindo, anotando.

A fala do educador evidencia que o direito das crianças, adolescentes, jovens e adultos de frequentarem uma escola, próxima de sua realidade e conectada com a vida era reivindicado há tempo, antes mesmo da questão “Por uma Educação

<sup>1</sup> Gilberto é educador em uma Escola Itinerante no Paraná. Foi educando da Turma 10 do Curso Normal de Nível Médio no Instituto de Educação Josué de Castro, Veranópolis, RS. (Diário de Campo, janeiro de 2005).

do Campo” ocupar espaço nos debates entre pesquisadores e estudiosos da história da educação brasileira e de ter visibilidade em nível nacional e internacional. No entanto, é preciso dizer que, embora não haja total consenso entre pesquisadores das universidades e pesquisadores dos movimentos sociais sobre a concepção de Educação do Campo, necessária para o *campo*, há o entendimento de que precisamos questionar o histórico e excludente projeto de “educação para o meio rural”, implantado de cima para baixo, e ainda em curso no país.

Em nossa opinião, a escola buscada pelos Sem Terra desde os primeiros acampamentos (1982-1986), não deveria ser incluída no projeto de educação rural mencionado acima. Eles indicavam para uma escola “diferente” da escola usual, regular, isolada e fechada em seus muros. Naquela época, não imaginavam que anos depois, haveria a possibilidade de ver seu projeto educativo articulado ao “Movimento da Educação do Campo”, tendo em vista, prioritariamente, a população que vive nesse meio.

O caminho escolhido para essa reflexão nos leva para três estados do Brasil: Pará, Paraná e Rio Grande do Sul, onde aconteceram significativas lutas pela escola do acampamento, em vista de sua continuidade no assentamento. Em seguida, nossa reflexão identifica dois grandes avanços no campo: a conquista da Escola Itinerante/RS e o início dos primeiros debates acerca da Educação do Campo, ambos na década de 1990. Lembramos que as Diretrizes Operacionais fortaleceram a política pública de Escola Itinerante, e automaticamente, incidiram sobre a criação de centenas de escolas de assentamentos.

## A Escola do Acampamento

A história da educação e da escola no MST foi se construindo a partir de iniciativas de comunidades acampadas preocupadas com a escola para os filhos desde os primeiros acampamentos de luta pela terra. Nas históricas ocupações dos latifúndios improdutivos<sup>2</sup>: Fazenda Annoni - RS, em 1985<sup>3</sup>, Fazenda Giacomet - PR, 1996<sup>4</sup>, e Fazenda Macaxeira em Parauapebas, Eldorado dos Carajás<sup>5</sup>, Pará, também em 1996, encontramos fortes indícios de que a escola era necessária e indispensável para os Sem Terra. Embora fizessem críticas ao seu formato e aos conteúdos nela veiculados, “porque podem envenenar a cabeça dos meninos”, a escola era uma das primeiras providências que tomavam. O depoimento abaixo é ilustrativo nesse sentido.

<sup>2</sup> Para Don Pedro Casaldáliga, o **latifúndio** é “una iniquidad, el abuso de la tierra de todos, el egoísmo estructural en el campo”. Entrevista concedida a Eduardo Lallana y Claro García de La Rosa – presidente y vocal de la ONG Soriana “Tierra sin males” em 10 de janeiro de 2007.

<sup>3</sup> Fazenda Annoni, um latifúndio improdutivo de 9.300 hectares ocupado por 2.500 famílias em 1985, em Sarandi - RS. Neste assentamento, hoje vivem 420 famílias.

<sup>4</sup> Fazenda Giacomet, latifúndio improdutivo de 85 mil hectares, sendo mais tarde desapropriados 16.800 hectares.

<sup>5</sup> Nessa ocupação, a ação da polícia militar do Pará provocou a morte de dezenove trabalhadores sem-terra, caracterizando um massacre reconhecido pela imprensa nacional e internacional.

A primeira construção já está de pé: a escola. Um rancho amplo, comprido, ventilado com cobertura e paredes divisórias - de uma classe para a outra - feitas de palha de babaçú. Joaquim me diz com simplicidade: a maior parte das pessoas que conheço foram para as cidades em busca de escola para os filhos ou de tratamento de saúde. Na cidade, às vezes, encontram escola para os filhos, mas não encontram emprego para os adultos. Na roça tem emprego para os adultos mas não encontram escola para as crianças. Por isso a escola para nós é tão importante quanto a estrada para chegar até **Parauapebas** ou o financiamento do banco. E nós queremos que nossos filhos aprendam mais coisas que nós. Não podem crescer como bichos brutos da mata. A escola de certa maneira é a alma do assentamento. E o material escolar? - pergunto. Nós arrancamos do governo. Mas as cartilhas são nossas. Não queremos que o governo envenene a cabeça dos meninos. Tem lugar aí, povoados de trabalhadores, que têm mais de dez anos e não existe escola. "Aqui é a primeira providência que tomamos". (Teoria e Debate 32 jul/ago/set 96 - Pedro Tierra).

Na ocupação da Fazenda Giacomet, no Paraná, também fica evidente que uma das iniciativas mais imediatas foi buscar e organizar a escola, garantindo-a desde o primeiro momento do acampamento. De acordo com Monteiro,

Não demorou muito e aconteceu a conquista da primeira escola. Porém, essa vitória não caiu do céu. Ao chegarem à sede, imediatamente as famílias criaram uma equipe de negociação, que seria responsável para negociar, junto aos órgãos públicos, a criação de uma escola no acampamento. (MONTEIRO, 2003, p. 45).

Nessa situação, o local e estrutura física onde viria a funcionar a escola não se configura como preocupação. Todavia, o direito a ter escola no acampamento deveria ser assegurado. Nos registros, encontramos o relato de que um galpão existente na sede da fazenda foi reformado pelo trabalho coletivo dos acampados. E o que antes era usado para guardar as máquinas e implementos agrícolas, passou então a funcionar como salas de aula. Essa iniciativa, incluindo a ampliação do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, assegurou o direito à escolaridade aos filhos dos acampados e, posteriormente, assentados na então Escola do Campo - Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, assentamento Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná. Atualmente essa Escola dispõe de 36 professores, 520 estudantes, filhos de famílias assentadas nos assentamentos próximos da região<sup>6</sup>. Decorridos 12 anos, as comunidades assentadas na região comemoram essa conquista, pois lhes assegura o direito a estudar em uma escola pensada e gestada pelos camponeses, capazes de transformá-la, de fato e de direito, em uma escola da classe trabalhadora, embasada nos princípios da Educação do Campo. Caso contrário, teriam que se submeter ao transporte escolar e estudar na cidade, uma realidade afastada de seu mundo, medida que viria contradizer os princípios da Educação do Campo.

<sup>6</sup> É importante registrar que esta Escola Estadual é a Escola base de cinco Escolas Itinerantes dos acampamentos do MST do estado do Paraná.

No acampamento da Fazenda Annoni (1986), também a iniciativa de organizar a escola e buscar sua legalização, assegurou o direito à escolaridade de centenas de crianças e adolescentes, sem esperar para frequentar a escola, “sabe Deus lá quando, no assentamento”, conforme dizem os acampados. Anos depois, quando a área dessa fazenda foi desapropriada para fins de assentamento da Reforma Agrária, automaticamente a escola, que antes era “do acampamento”, passou a ser a “Escola do Assentamento”, do campo<sup>7</sup>. Sendo assim, à medida que as famílias foram se estruturando e aumentando o número de filhos em idade escolar, a demanda forjou a criação de mais cinco escolas da rede pública estadual e municipal naquela área. Atualmente em pleno funcionamento, todas integram as estatísticas de escolas do campo.

## A Escola Itinerante e a Educação do Campo

Analisando a história da Escola no MST, percebemos que o ano de 1995 foi decisivo para as crianças “Sem Terra” no Rio Grande do Sul. Como eram em grande número nos acampamentos, em sua maioria, frequentando escolas não reconhecidas pelo poder público, essas crianças *entraram em cena*, começaram a se organizar, realizando seus encontros. O primeiro (1994) e o segundo (1995) eram denominados de “Congresso Infanto-juvenil”. Posteriormente, “Encontro dos Sem Terrinha”.

No segundo encontro, em outubro de 1995, em Porto Alegre, entre outras atividades, as crianças estudaram o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 13 de julho de 1990. Esse estudo foi decisivo para entenderem que um dos direitos fundamentais – a educação, assegurado pela Constituição Federal, estava sendo-lhes negado, pelo fato de encontrarem-se acampadas com seus pais, lutando por Reforma Agrária. Conforme relato das próprias crianças, a decisão era “lutar pela legalização de sua escola, para poderem passar de ano”, pois aquela que muitas delas frequentavam no acampamento, embora lhes trouxesse grandes aprendizados, não era reconhecida pelo poder público. Dessa forma, inviabilizava sua passagem para a séria seguinte.

Sendo assim, mobilizadas, levaram a ideia para a Secretária da Educação/RS, à época, professora Iara Silvia Wortmann, a qual acatou o desafio, encaminhando imediatamente para a elaboração/construção de uma Proposta Pedagógica, que foi elaborada/construída em acordo, entre o Setor de Educação do MST/RS e membros da Secretaria da Educação. Foi um trabalho que resultou na aprovação da denominada Escola Itinerante dos acampamentos do MST, em 19 de novembro de 1996.

<sup>7</sup> Sobre a educação e a Escola no Assentamento da Fazenda Annoni, ver BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pedagogias que Brotam da Terra**: um estudo sobre práticas educativas do campo. Porto Alegre, 2007. 215 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Lembremos que, **“Escola Itinerante”** foi o nome escolhido por significar uma escola que acompanha o itinerário do acampamento até o momento em que as famílias acampadas chegam à conquista da terra, ao assentamento. Então ali, é outro estágio do processo, ligado é claro, ao anterior. É momento de tomar as providências legais para a conquista da Escola do Campo, para os filhos/as dos camponeses, que retornando ao campo, querem continuar estudando, trabalhando, vivendo. O nome “Itinerante” significa também uma postura pedagógica de caminhar junto com os Sem Terra, o que sinaliza um grande avanço no sentido de afinidade entre os processos formais de escolarização e as vivências e práticas educativas de um movimento social organizado, como o MST. (MOVIMENTO, 2001, p. 69).

A partir dessa data e durante todo o ano de 1997, essa proposta foi implementada nos dois acampamentos: Palmeirão, em Julio de Castilhos, e Santo Antônio, em Santo Antônio das Missões, onde havia o maior número de famílias concentradas e as escolas funcionando. É importante registrar que a unidade das famílias em torno do planejamento e organização da escola, tempo anterior à legalização, nos referidos acampamentos, somou força e pressionou a elaboração da proposta de Escola Itinerante, assim como sua aprovação, por unanimidade, pelo Conselho Estadual de Educação.

Lembramos que nesse período, mais precisamente no início do ano de 1998, iniciava-se, neste mesmo Estado, o debate em torno da Educação do Campo, que resultou na realização do Encontro Estadual por uma Educação Básica do Campo organizado em parceria entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/ Sindicato, Movimento Sem Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra - CPT/RS. O evento foi realizado entre os dias 26 a 29 de maio de 1998, no campus da Faculdade de Educação - FACED/UFRGS em Porto Alegre - RS, com a participação de representantes das referidas entidades. É preciso salientar que essas entidades, à época, questionavam a educação veiculada pela escola usual, rural. Por isso, havia entre elas, disposição em dar um passo à frente no que diz respeito a pensar outro projeto educativo, nesse caso, colocando os sujeitos do campo como protagonistas desse projeto. Em seguida, foram realizados Encontros, em pelo menos, 20 estados do Brasil, preparando a histórica Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia (GO), nos dias 27 a 31 de julho de 1998, tendo como Entidades parceiras: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, Movimento Sem Terra/MST, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura/UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF e Universidade Nacional de Brasília/UNB, com uma participação em torno de mil pessoas, entre educadores e outros convidados.

Dito isso, fica evidente que a luta pela escola do acampamento, e posteriormente pela Escola Itinerante, “que atendesse às crianças e adolescentes dos acampamentos existentes e/ou nos que vierem a surgir no estado do Rio Grande do Sul” (MOVIMENTO, 1998, p. 40), foi se entrecruzando<sup>8</sup> com os primeiros estu-

<sup>8</sup> Segundo o dicionário, significa cruzar-se mutuamente.

dos acerca do projeto maior, que viria ser a Educação do Campo, hoje, em evidência e em debate no contexto da Educação Brasileira.

Considerando os elementos acima expostos, podemos afirmar que a Escola Itinerante do MST ajudou a impulsionar a Educação do Campo e, ao mesmo tempo, foi beneficiada por ela. Lembramos a frequência com que as primeiras experiências pedagógicas de escola itinerante/RS eram levadas, apresentadas e acirradamente debatidas em encontros/seminários, estaduais e nacionais do campo, demonstrando ser possível fazer a escola do campo, na itinerância<sup>9</sup>.

## A luta faz a Lei

Tendo a história da educação do MST como fio condutor de nossa reflexão, identificamos que no período de 1996 a 2002, o MST sofria forte pressão e ataques por parte da classe dominante, aliada aos representantes do poder político no poder. Todavia, os ataques e pressões impulsionados contra o Movimento não foram suficientes para inibir as mobilizações realizadas em vários estados, buscando legalizar a vida escolar de centenas de educandos que estudavam em escolas organizadas nos acampamentos, porém, sem o reconhecimento do poder público. A publicação dos Cadernos “Por uma educação básica do campo”, nºs 1, 2, 3, e posteriores e a já conquistada Escola Itinerante no RS, eram fortes referências que embasavam tais mobilizações e reivindicações. Contudo, a força era incipiente frente a pouca vontade política de representantes dos órgãos públicos, à imposição dos processos burocráticos e exigências legais para reconhecer tais escolas no campo, itinerantes.

É importante lembrar que no final desse período, outros processos se encontravam em curso, visualizando possíveis avanços no âmbito da Educação do Campo. Fruto de estudos, pesquisas e debates, por longo período, em todo o país, o Conselho Nacional de Educação aprova as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituídas na Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002. Estas Diretrizes (2002, p. 2),

Resultam das reivindicações históricas e mais acentuadas na última década, por parte das organizações e movimentos sociais que lutam por educação de qualidade social para todos os povos que vivem no e do campo, com identidades diversas, tais como: Pequenos Agricultores, Sem Terra, Povos da Floresta, Pescadores, Quilombolas, Ribeirinhos, Extrativistas, Assalariados Rurais.

Considerando esse avanço na legislação da educação brasileira, fundamentalmente no que se refere ao direito à educação dos povos do campo, o MST do

<sup>9</sup> A experiência de Escola Itinerante foi apresentada e debatida nos Encontros e Seminários das Coordenadorias Regionais de Educação – CRE/RS, na Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia (GO), nos dias 27 a 30 de julho de 1998, e na II Conferência Estadual “Por uma Educação Básica do Campo” em Porto Alegre (RS), nos dias 02 a 05 de abril de 2002, com a presença de 2.800 participantes. Este evento foi realizado na gestão do governo Democrático e Popular (1999-2002).

estado do Paraná, por exemplo, foi o primeiro beneficiário das Diretrizes Operacionais. Tomando conhecimento da força legal dessas Diretrizes e tendo a decisão política de legalizar a vida escolar de centenas de educandos que estudavam em escolas não reconhecidas por lei, a equipe responsável<sup>10</sup> buscou conhecer a experiência de EI em curso no RS. A princípio conheceu o Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC, (escola formadora dos educadores itinerantes), a Escola Estadual Nova Sociedade (Escola Base das Itinerantes) e também visitou uma escola itinerante próxima à capital Porto Alegre. Após esse trabalho, a equipe responsável em criar EI no Paraná ficou convencida da possibilidade de fazer valer o direito à “educação para todos”, já assegurado pela Constituição Federal, porém, historicamente negado aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores do campo.

Sendo assim, elaborada e encaminhada a Proposta Pedagógica de EI para os órgãos competentes deste Estado, não levou muito tempo para a sua aprovação. Ou seja, em 08 de dezembro de 2003, o Conselho Estadual de Educação do Paraná, aprova a Escola Itinerante dos acampamentos do MST, pelo Parecer 1012/2003.

É preciso registrar que o “Movimento Sem Terra” também não esperou de braços cruzados por essa aprovação, pois tem consciência que a Educação do Campo é um projeto de educação dos camponeses, mas se não houver pressão vinda desses sujeitos, o projeto esbarra na burocracia e não avança na prática. Desde esse período, centenas de crianças, jovens e adultos frequentam as escolas itinerantes no Paraná, segundo estado da Federação a legalizar a vida escolar dos acampados em movimento. É importante dizer que essas escolas são criadas/legalizadas para funcionar nos acampamentos, mas na medida em que essas famílias serão assentadas em áreas liberadas pelo governo para fins de Reforma Agrária, a escola segue junto para o assentamento, no campo.

No que diz respeito às Escolas Itinerantes, toda a documentação decorrente das práticas pedagógicas nessas escolas é de responsabilidade do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. De acordo com a realidade de cada região, a escola que antes era Itinerante, poderá passar para a rede municipal de ensino. Atualmente, são 12 escolas itinerantes, com 350 educadores, atendendo em torno de 800 educandos, de ensinos fundamental e médio, somente no estado do Paraná.

Como o MST está organizado em 24 estados da federação<sup>11</sup>, em seguida foi a vez do estado de Santa Catarina enfrentar o desafio. Tendo como referência os dois estados já citados (RS e PR), as Diretrizes aprovadas e todo o acúmulo sobre Escola do Campo, o Setor de Educação do MST de Santa Catarina não encontrou tantos empecilhos no processo de aprovação da escola, também organizada nos acampamentos. No dizer dos “Sem Terra”, “hoje não precisamos mais in-

<sup>10</sup> Constituíram esta equipe: Maria Izabel Grein (MST), Sônia Fátima Schwendler (SEED), e Ritamar Andretta, atual coordenadora do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, escola base das Escolas Itinerantes.

<sup>11</sup> O Movimento Sem Terra não está organizado em apenas três estados: Acre, Amazonas e Amapá.



ventar a roda, pois ela já estava girando. Além do mais, têm as Diretrizes que asseguram o direito a estudar no campo, e outros materiais que sustentam esta idéia”. Era de seu conhecimento que no Rio Grande do Sul e Paraná já havia a comprovação de que a EI poderia funcionar nos acampamentos, nas marchas, ou em outros espaços onde poderia estar o povo em luta. Sendo assim, em 21 de setembro de 2004 o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina também aprova a Proposta de Escola Itinerante, pelo Parecer nº 263/2004.

Prosseguindo a luta pela Escola Itinerante, no campo, o MST de Goiás também faz a mesma investida e, em 2005, o CEED daquele Estado aprova a proposta de Escola itinerante. Dessa vez não só para o MST, mas para vários movimentos sociais do campo<sup>12</sup>.

Também no estado de Alagoas, a iniciativa soma força com vários Movimentos Sociais de luta pela terra. Juntos, construíram a proposta e fizeram pressão para a sua legalização. Embasados nas conquistas anteriores e com força legal das referidas Diretrizes Operacionais, em 13 de outubro de 2005, o Conselho Estadual de Educação de Alagoas, aprova o projeto de Escola Itinerante, pelo Parecer 147/2005. Sobre o início dessa experiência, trazemos dois registros em nosso diário de campo que merecem destaque:

Ao chegar ao acampamento Dandara, à beira de uma estrada de asfalto no agreste alagoano, uma frase, lida há tempo me veio à mente. “A pobreza de vida não os torna miseráveis nos seus sonhos, na suas necessidades e nos seus projetos”. É este sentimento que habitou em mim quando vi as pessoas se aproximando, aos poucos, chegando da roça, para a reunião, já marcada anteriormente, sobre a Escola Itinerante que em breve terão neste acampamento. Havia pouca luz elétrica no espaço que nos abrigava para a reunião. Imaginei ser uma estrutura da antiga fazenda improdutiva ocupada pelos Sem Terra há tempo. Poucas lâmpadas e fracas iluminavam a sala de reuniões, de espaço grande, quase me impossibilitando o registro deste rico momento. Muita pena que faltou máquina fotográfica para registrar e documentar um dos mais importantes momentos da história deste acampamento, entre tantos que já conquistaram a escola. Este fato, esta reunião, aparentemente simples, marca positivamente a história do conjunto do Movimento Sem Terra, que por coincidência, dois dias antes (17 de maio) chegava, em marcha à Brasília, para mais uma vez dizer ao Governo, à Sociedade brasileira e para o mundo, que a Reforma Agrária ainda não aconteceu, que há analfabetos adultos, e muitos entre nós, principalmente nas regiões Nordeste e Norte do país. Que há milhares de crianças, em idade escolar, sem escola, ou tendo que viajar muitas horas de transporte escolar para chegar a uma escola que não é sua, lá na cidade<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Informamos que no estado de Goiás – GO, a Escola Itinerante do MST, não está mais em funcionamento, pois sua experiência foi interrompida.

<sup>13</sup> Anotações feitas em diário de campo no dia 19 de maio de 2005.

No estado do Piauí, onde as mobilizações em torno da Reforma Agrária têm muitos aliados, durante alguns anos, havia três escolas organizadas e funcionando em três acampamentos do MST. Essa realidade pressionou o processo de reconhecimento e legalização da vida escolar dos mesmos. Segundo Adilson Apiaim, do setor de educação do MST/PI, “esta é a melhor forma de pressionar o poder público a legalizar a nossa escola”. Sendo assim, em 4 de agosto de 2008, o Conselho Estadual de Educação aprovou o projeto de Escola Itinerante pelo Parecer nº 142/2008. Segundo a Resolução CEE/PI nº 105/2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a Escola Paulo Freire, instituição de ensino da rede pública estadual, localizada em São João do Piauí, no Assentamento Marrecas, para funcionar como **Escola Base** para os cursos de Educação Básica (infantil, fundamental e médio), que, ao abrigo do Projeto Escola Itinerante constante dos autos do Processo CEE/PI nº. 306/2008, vier a instalar nos acampamentos de Reforma Agrária constituída na região sul do Estado do Piauí. (RESOLUÇÃO CEE/PI, nº. 105/2008, p. 1).

Considerando que foi o sexto Estado a reconhecer a Escola Itinerante, política pública nos acampamentos do MST, após doze anos de caminhada no Rio Grande do Sul, cinco anos no Paraná, e menos tempo em outros, é importante destacar o que diz o próprio Parecer, enfatizando as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo,

No mérito, é convicção do relator que o arranjo conceitual e operativo do modelo **Escola Itinerante** que inspira de perto o Projeto aqui examinado, por tudo que se conhece das experiências já testadas em território nacional, tem-se revelado iniciativa extremamente oportuna e, seguramente, atende aos ditames de nossa Constituição Federal de 1988 no que diz respeito ao direito público subjetivo à educação escolar e ao correspondente dever do Estado, além de apresentar-se alinhada às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº. 1/2002). (PARECER CEE/PI nº. 142/2008, p. 2).

Lê-se ainda que:

Em princípio, nada impede, portanto, que este Conselho acolha a iniciativa proposta, que materializa caminho alternativo seguro para se atingir os fins gerais da educação ao abrigo de sólida fundamentação pedagógica, teórica e metodológica. Até onde se pôde avaliar, o projeto é suficientemente adequado ao atendimento das populações a que se destina, muitas vezes marginalizadas pela ausência de caminhos alternativos consistentes e comprometidos com a causa da educação dos povos do campo, em especial, dos situados nos acampamentos da Reforma Agrária (p. 2).

Torna-se evidente a força das Diretrizes e a pressão dos Movimentos Sociais para tal projeto avançar. Porém, é importante mencionar que a vontade política de profissionais da educação, responsáveis e comprometidos com a causa dos trabalhadores, que atuam à frente dos órgãos públicos em determinadas situações, também somam nessa história.

Pelo exposto, é possível perceber que há avanços significativos no que diz respeito ao direito de estudar no campo, na itinerância e, em seguida, na escola do campo. Embora os dados variem e mudem de tempo em tempo, pela realidade e conjuntura da Reforma Agrária, atualmente o MST têm 37 escolas itinerantes em seis estados do país, atendendo, em torno de 4.000 educandos e educandas. Nessas escolas atuam em média 400 educadores, todos jovens, acampados, estudando e mergulhados na realidade em que atuam.

Considerando 13 anos (1996 – 2009) de aprovação legal da primeira experiência de escola itinerante, fruto da pressão dos trabalhadores no país, é possível imaginar as centenas de educados que têm assegurado o direito a estudar em escolas próximas de sua realidade<sup>14</sup>. Sem a escola itinerante, estariam fora da escola, somando-se às estatísticas de reprovados e excluídos dos meios escolares. Talvez, residindo embaixo de pontes, condenados à pobreza material e a miséria humana, à margem da sociedade. Ou então, obrigados a estudar em escolas da cidade, enfrentando preconceitos e discriminação<sup>15</sup>, contrariando os princípios da Educação do Campo. É preciso haver escola do/no campo, que atenda o contingente de pessoas que vivem no/do campo. Nesse sentido, o depoimento a seguir é significativo,

Eu sou de acordo que toda a criança deve estar na escola. A criança precisa começar entender as coisas cedo e o lugar dela é na escola, seja ela onde for. Se há necessidade da gente estar de galho em galho, vamos aproveitar a oportunidade para a gente ensinar um pouco mais as crianças. Nós não queremos esperar oportunidade que às vezes leva 3 a 4 anos como aqui, que tem 90 famílias que esperaram 4 anos para chegar o dia do assentamento. Nossas crianças não podem esperar 3 ou 4 anos para entrar numa escola. eu acho, um crime, na verdade, criança fora da escola. Eu acho um absurdo, eu não gosto de ver. Eu prefiro vê-las estudando, não aprendendo, nos ensinando também, não é?<sup>16</sup>

## A Escola Itinerante do MST - questões atuais e desafios

Se para o cantor popular Milton Nascimento, o artista deve ir ao encontro do povo, para os “Sem Terra”, a escola deve estar onde o povo está, conforme mencionado acima. Desta forma, concordamos com o educador, poeta e líder político cubano, José Martí, quando se refere à importância dos camponeses terem

<sup>14</sup> Segundo a educadora e coordenadora pedagógica da Escola Itinerante do MST do Rio Grande do Sul, Marli Zimmermann de Moraes, somente no RS, em torno de 8.000 crianças, adolescentes, jovens e adultos passaram pela Escola Itinerante nesse período, e em seguida passaram para a escola do assentamento. Isso significa dizer que esses educandos não precisaram ir estudar na cidade.

<sup>15</sup> É importante registrar que no ano de 2007, um único grupo de famílias acampadas no Rio Grande do Sul foi obrigado a transferir-se doze vezes de lugar, dentro do próprio estado. Isto significa que caso as crianças e adolescentes estivessem matriculadas na escola tradicional, seriam transferidos a mesma quantidade de vezes. Essa realidade, muito provavelmente os levaria à reprovação, à exclusão e, conseqüentemente, à perda do ano letivo. Fato que comprova a necessidade dessas famílias terem a escola itinerante pública estadual, que acompanhe as suas mobilizações na luta pela terra.

<sup>16</sup> Entrevista realizada com Odoni Meneghetti durante a visita de trabalho de campo nos acampamentos dos Camponeses, Fazenda Guerra, Carazinho, estado do Rio Grande do Sul, em 29 de março de 2006.

escola próxima de sua realidade e conectada com ela. Tanto para Martí, como para os “Sem Terra”, é inadmissível que o povo do campo tenha que se afastar da vida e das práticas sociais que o envolvem para ir ao encontro da escola. Sua fala é expressão deste sentimento,

O camponês não pode deixar seu trabalho para andar várias milhas para ver figuras geométricas incompreensíveis e aprender os cabos e os rios das penínsulas da África e se encher de termos didáticos vazios. E os filhos dos camponeses não podem se afastar léguas inteiras, dias após dias, da estância paterna para ir aprender declinações latinas e divisões abreviadas.

Ele prossegue, referindo-se àquela época:

[...] a escola itinerante é a única que pode remediar a ignorância camponesa. E nos campos como nas cidades, urge substituir o conhecimento indireto e estéril dos livros, pelo conhecimento direto e fecundo da natureza. (MARTÍ, 1995, p. 44-46).

Vemos que, embora José Martí, embora tenha vivido distante do Brasil, em um contexto histórico, social e político diferente, sua reflexão sobre a função social da escola dos camponeses é atual para realidade dos “Sem Terra”. Ele enfatiza a necessidade da criação de escolas itinerantes, que oportunizem a essas pessoas, estudarem, ao mesmo tempo em que trabalham. Convencido da função social dessa escola, o educador José Martí reforça a importância do que deveria ser ensinado nesta escola dos camponeses.

Conhecendo a realidade dos camponeses cubanos e o que possivelmente aprenderiam nas escolas da cidade, é enfático ao referir-se aos conteúdos veiculados por esta escola. Para que e para quem servem esses conteúdos, retirados de livros didáticos estéreis? Essas mesmas interrogações deveriam ser feitas, muitas vezes, por nós, educadores dos movimentos sociais, e pelos educadores itinerantes das Escolas Itinerantes do MST. Ou melhor, todos os educadores do campo precisam se perguntar: para que servem certos conteúdos, envelhecidos pelo tempo, fora de validade, desconectados da vida dos educandos, denominados de “conteúdos mínimos”, impostos pelos sistemas escolares? De onde vêm e que autoria têm os livros didáticos, colocados em nossas bibliotecas, sem nenhuma orientação de como utilizá-los?

No que diz respeito ao conhecimento necessário para a classe trabalhadora a ser trabalhado na escola do campo, Arroyo nos orienta,

Temos que trabalhar com conhecimento vivo! [...] aquele que dá respostas, que interpreta as interrogações que vêm do passado e do presente [...] Porque as grandes questões que interrogam hoje o mundo do campo não têm lugar nos currículos escolares das escolas do campo? O saber dos povos do campo nunca é considerado como saber, e menos ainda socialmente construído e acumulado. [...] (ARROYO, 2005, p. 07).

Continuando nossa reflexão acerca da Escola Itinerante, que lentamente se legitima como política pública e como referência de uma forma escolar alternativa e inovadora, na perspectiva da Educação do Campo, no período de 1998 - 2008 encontramos sete dissertações de mestrado e uma tese<sup>17</sup> de doutorado que abordam esse tema nos Cursos de Pós-Graduação de Universidades Federais e Privadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A análise que fazemos desses trabalhos é que, por ser a Escola Itinerante uma política pública alternativa, capaz de desenvolver práticas pedagógicas diferentes da escola usual, do campo, tem despertado a atenção de pesquisadores, em sua maioria, iniciando-se no mundo da pesquisa. Todavia, quando esses pesquisadores entram em contato direto com a realidade em questão, encontram uma escola pouco parecida com a escola que nos formou e continua a formar as novas gerações. Em circunstâncias, tais como: a escola acompanhando uma marcha dos “Sem Terra”, a escola após um despejo do acampamento, ou na ocupação de um prédio público, ela toma um formato diferente, desde a aula, que é ministrada fora da sala de aula, a relação educador educando, os conteúdos escolares, e o conhecimento produzido pela realidade. Uma realidade que perpassa o cotidiano da escola e a obriga a trabalhá-la.

A meu ver, isso é possível, somente porque a escola está fisicamente e pedagogicamente imersa nesse meio e encharcada por este meio social. Por isso, sua organização e planejamento, em diversas situações, decorrem das lutas que a conjuntura social obriga esses sujeitos a fazerem-na. Todavia, sem esquecer dos necessários momentos de reflexão pedagógica e sistematização, que essas práticas sociais suscitam na escola. Ou seja, é uma escola, que longe em certa medida do controle dos sistemas escolares, consegue entrecruzar-se com o movimento da vida dessas pessoas, respeitando seus processos e seu tempo. Assim como, em dadas circunstâncias, acolhendo seu sentimento de dor, de indignação e de alegria. Toda essa realidade requer ser refletida, sistematizada e transformada em aprendizados, dentro e fora da escola.

Em minha análise, a escola, denominada pelos “Sem Terra” de *Itinerante*, há mais de uma década em movimento, está sendo estudada, compreendida, levada e defendida pelo meio acadêmico. A cada defesa de dissertação ou tese, surgem novos interesses de pesquisa neste campo. Por isso, a divulgação desses trabalhos se torna importante, pois são referências fundamentais para quem deseja pesquisar temáticas relacionadas ao campo. Ou seja, a temática da Educação do Campo, e dentro dela a *Escola Itinerante*, é um espaço muito fértil para novas investigações e pesquisas. Olhando para o conteúdo desses trabalhos, a maioria aponta a Escola Itinerante como uma experiência alternativa, inovadora, relevante e ousada se comparada com a escola hegemônica atual. Pelo seu formato, e desde o lugar social onde se encontra, é uma escola que arranha/contraria, um pouco, todos os

<sup>17</sup> Lembramos que as sete dissertações de mestrado e a tese de doutorado estão elencadas nas Referências, ao final deste texto.

dias, a presença da escola capitalista nesse meio. Ou seja, pela sua forma escolar, itinerante, pela formação de seus educadores, pelo conhecimento nela veiculado, pelos ambientes educativos e pela prática social que a envolve, cotidianamente, é tida e anunciada como uma experiência *nova*, atuando na fronteira da proposição de uma *nova* concepção de educação e de prática educativa. Sendo assim, questiona a *velha* escola - aquela que veicula um currículo descontextualizado e divorciado da vida dos educados, aquela escola, parada fisicamente e engasgada pedagogicamente. Aquela escola, divorciada da vida dos seus alunos e, por causa disso, alimenta neles grande vontade de sair de seus muros. E do lado de fora dela, sim, poderem sentir a vida pulsando dentro deles.

Nesse sentido, cabe a ideia do professor Luiz Carlos de Freitas, da UNICAMP:

Shulgin começa examinando a questão dos objetivos da educação nos países capitalistas e, a partir de uma análise das relações entre a educação e as classes sociais, conclui que o objetivo da educação nestes países é valorizar a escola que forma a criança burguesa e afogar na miséria a escola que forma o povo (FREITAS, 2009, p. 22).

Ainda, o processo de sistematização<sup>18</sup> das escolas itinerantes no estado do Paraná, iniciado em novembro de 2007, e em curso, tem nos mostrado que o *campo* - espaço de vida e de trabalho dos camponeses, requer *outra* escola, diferente em todos os sentidos da escola usual, atualmente com força, tanto no campo, quanto na cidade. Todavia, a *nova* escola da qual falamos terá de nascer da *velha* escola - daquela que nos formou e continua a influenciar as nossas práticas educativas. O projeto de Educação do Campo nasce com outra perspectiva – dar vez e voz aos sujeitos do campo para que construam *outra e nova* escola, capaz de priorizar a formação humana, em todas as suas dimensões. Mas para que ela venha se concretizar, seus protagonistas terão que construí-la, passo a passo, transformando-a pelas suas próprias mãos. Conforme o educador russo Pistrak, o que se espera dos educandos é que tenham dois aprendizados básicos em nossas escolas, “saber lutar e saber construir” ao mesmo tempo. Esse desafio também se estende para toda a humanidade atual. Conforme ele,

Lutar e construir – isto deveria ser aprendido por cada um de nossos alunos; a escola deve explicar a cada um os objetivos da luta, contra o que lutar e por que meios, o que cada aluno deve criar e construir, e como (PISTRAK, 2000, p. 37).

Para finalizar, queremos registrar e refletir a decisão do Ministério Público e Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, tomada há um ano e

<sup>18</sup> A sistematização é aquela *interpretação crítica* de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo. (JARA, 1996, p. 29).

meio, (novembro de 2009 – agosto de 2010), de retirar e negar o direito aos “Sem Terra” terem escola próxima da vida, enquanto lutam pela Reforma Agrária. Esse fato marca a histórica luta (12 anos) do povo do campo por uma Educação do Campo, ferindo, fundamentalmente, seus princípios básicos.

No momento em que os “Sem Terra” comemoram os 12 anos dessa conquista, expandindo-se para outros estados, dando novos passos, também no sentido de poder transformar essa escola em uma escola dos trabalhadores do campo, o poder público estadual, autoritariamente lhes nega esse direito.

É, portanto, com essas iniciativas, totalmente descomprometidas com o projeto de educação do campo, que vem se desenvolvendo desde 1998, que “o Estado do RS tenta aniquilar a experiência das Escolas Itinerantes - ao invés de apoiá-las como forma de ajudar a desenvolver experiências escolares inovadoras” diz o professor Luiz Carlos de Freitas no prefácio do livro de Isabela Camini (2009, p.14).

Creiamos, no entanto, que essa decisão deveria incomodar e indignar a nós todos: movimentos sociais, universidades, educadores e trabalhadores em geral que dedicamos esforços para construir e legitimar o projeto de Educação do Campo. Todavia, o momento indica fortes indícios de interesse de classe do atual governo/RS. Postura governamental que não permite aos trabalhadores assegurar os direitos conquistados pela sua luta, assim como admitir que avancem para a conquista de outros. Mesmo assim, temos certeza que as pesquisas, os processos de sistematização e os aprendizados proporcionados pela Escola Itinerante ajudarão na construção de um novo tempo histórico.

Contudo, o mesmo Estado que foi protagonista em aprovar a Escola Itinerante, em 19 de novembro de 1996, tornando-se em seguida referência nacional, desfaz e enterra este compromisso com seu povo, no dia 28 de novembro de 2008, momento em que a Secretaria de Estado Educação e Ministério Público entram em acordo, assinam e tornam público o Termo de Ajuste de Conduta - TAC, deixando centenas de crianças e adolescentes *sem* escola, obrigando-os a estudar em escolas da cidade, distantes 80 km de suas comunidades, em alguns casos.<sup>19</sup> Conforme o exposto acima, hoje está evidente a luta de classes no RS, perpassando a luta pelo direito à educação e à escola da classe trabalhadora. Sabe-se que a pedagogia da Escola do Campo e da Itinerante, por ter nascido dos movimentos sociais do campo, incomoda os “sistemas escolares”, sempre que pensados e impostos de cima para baixo. Incomoda a classe hegemônica, que almeja a perpetuação da escola capitalista, criada e assegurada historicamente por ela. Essa mesma classe social deseja a continuidade do projeto de uma “educação

<sup>19</sup> Faz um ano e seis meses que as escolas itinerantes dos acampamentos do MST/RS se encontram sem o apoio por parte do Estado. A decisão das comunidades acampadas é de continuar com as aulas, todos os dias. Os educadores, também acampados, mantêm-se dando aula nessas escolas, registrando nos cadernos tudo o que é trabalhado na escola. Todavia, falta merenda escolar, materiais didáticos, além de toda a estrutura necessária para EI funcionar estar precária. Atualmente há cerca de 450 crianças e adolescentes em nove acampamentos do MST/RS.

para o meio rural”, embasada em princípios que venham perpetuá-la. A escola do campo e itinerante incomoda ainda, governos autoritários, insensíveis com o projeto de educação dos camponeses e com as causas da classe trabalhadora.

Concluindo essa breve reflexão, trazemos o pensamento de Eduardo Galeano, apropriado para essas considerações finais sobre o tema que nos propusemos a compartilhar nesse texto,

Os poderosos não temem os pobres, temem os pobres que pensam. As escolas do MST ensinam os estudantes a pensar e por isso são condenadas e proibidas. Esta condenação apenas vem confirmar o fato de que os que não amam a democracia querem o povo ignorante para poder continuar a tratá-lo como massa de manobra e impedir que busque seus direitos e viva sua cidadania<sup>20</sup>.

Para nós, esse depoimento traduz o que muitos de nós pensamos e sentimos em relação ao projeto Por uma Educação do Campo, incluindo-se as Escolas Itinerantes, foco de nossa análise. Mas, principalmente, reafirma nossa indignação, quando sabemos que, em uma pequena comunidade que seja, fecharam-se as portas de uma escola do campo.

## Referências

ARROYO, M. G. Que educação básica para os povos do campo? In: Seminário Nacional “Educação básica nas áreas de Reforma Agrária do MST”, 12 a 16 de setembro de 2005. Luziânia, GO.

BAHNIUK, Caroline. Educação, Trabalho e Emancipação Humana: um estudo sobre as escolas itinerantes nos acampamentos do MST. Florianópolis, 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BONAMIGO, Carlos Antônio. Pedagogias que Brotam da Terra: um estudo sobre práticas educativas do campo. Porto Alegre, 2007. 215 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 36/2001: da relatora Edla de Araújo Lira Soares. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Processo 23001000329/2001 – 55. Brasília, 2001.

CAMINI, Isabela. (Org.) Escola Itinerante uma prática pedagógica em acampamentos. Coleção Fazendo Escola n.4. Setor de Educação do MST, Peres, São Paulo, novembro 2001.

CAMINI, Isabela. (Org.) Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências. *Cadernos da Escola Itinerante – MST*. Ano VIII, nº. 1, Curitiba, PR, Abril/2008.

<sup>20</sup> Recebido de Igor Felipe Santos, Assessoria de Comunicação do MST. Secretaria Nacional – SP, em 7 de maio de 2009.



- CAMINI, Isabela. Escola Itinerante dos acampamentos do MST: Um contraponto à Escola Capitalista? Porto Alegre, 2009. 254 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CAMINI, Isabela. Escola Itinerante: na fronteira de uma nova escola. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CAMINI, Isabela. O Significado da Escola Itinerante para o MST. In: *DESAFIOS - Cadernos da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Ano 2. n. 3, 3º quadrimestre de 2008. p. 55-68, Porto Alegre, 2008.
- CAMINI, Isabela. Escola Itinerante dos acampamentos do MST: um contraponto à Escola Capitalista? In: Pesquisas sobre a Escola Itinerante: refletindo o movimento da escola. *Cadernos da Escola Itinerante – MST*, Ano II, nº 3, Curitiba, PR, p. 121-139, abril, 2009.
- DALMAGRO, Sandra, CAMINI, Isabela; (Orgs.) Itinerante: a Escola dos Sem Terra - trajetórias e Significados. *Cadernos da Escola Itinerante – MST*. Paraná, Ano I, nº 2, Curitiba, PR, Outubro/ 2008.
- DALMAGRO, Sandra. CAMINI, Isabela (Orgs.) Pesquisas sobre a Escola Itinerante: refletindo o movimento da escola. *Cadernos da Escola Itinerante – MST*, Ano II, nº 3, Curitiba, PR, abril, 2009.
- DALMAGRO, Sandra; CAMINI, Isabela; GERHKE Marcos; BAHNIUK, Caroline; et all. Pedagogia que se constrói na Itinerância: Orientações aos educadores. *Cadernos da Escola Itinerante – MST*, Ano II, nº 4, Curitiba, PR, Novembro, 2009.
- FILIPAK' Alexandra. “A nossa escola, ela vem do coração” Política Pública de Educação do Campo nas Histórias de Vida de Educadores e Educadoras da Escola Itinerante Caminhos do Saber, Ortigueira, PR, Ponta Grossa, 2009, Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.
- FREITAS, Luiz Carlos. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In.: PISTAK (org.) A Escola-Comuna. São Paulo: Expressão Popular, 2009 (capítulo introdutório), pág. 9-103.
- IURCZAKI, Adelmo. Escola Itinerante: uma experiência de Educação do Campo no MST. Curitiba, 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007.
- JARA, Oscar H. Para Sistematizar Experiencias: una propuesta teórica y práctica. San. José: Centro de Estudios y Publicaciones, ALFORJA, 1996.
- LUCIANO, Charles Luiz Policena. Escola Itinerante: uma análise das práticas educativas do MST no contexto da democracia liberal. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.
- MARTÍ, José. José Martí, Vida e Obra. São Paulo: Peres, 1995.

MONTEIRO, Gilmar. Colégio Iraci Saete Stronzake: conquistando o latifúndio do saber. Instituto de Educação José de Castro - Alternativas de escolarização dos adolescentes em assentamentos e acampamentos do MST. Cadernos do ITERRA. Veranópolis - RS, p. 41-60, n. 8, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Escola Itinerante nos acampamentos do MST. São Paulo: Peres, 1998.

MST. A Escola da luta pela terra, In: Cadernos da Escola Itinerante – MST, n° 5, ano III. Curitiba, PR, março, 2010.

HAMMEL, Ana Cristina; SILVA, Nilton José Costa; ANDREETTA, Ritamar (Orgs). Escola em Movimento - Colégio Estadual Iraci Saete Strozak. Rio Bonito do Iguaçu, 2007.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). *Por uma educação básica do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma educação básica do campo, 1999. (Coleção Por uma educação básica do Campo, n° 1).

PIAUI. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEE/PI n. 105/2008. Autoriza a ESCOLA PAULO FREIRE, rede estadual, localizada em São João do Piauí (PI), no Assentamento Marrecas, para funcionar como Escola Base para os cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos acampamentos de Reforma Agrária, na região sul do Estado. Disponível em: <<http://74.125.113.132/search?q=cache:BBNde1eC2AAJ:www.ceepi.pro.br/Resolu%C3%A7%C3%B5es%2520%2520%25202008B/2008%2520Resolu%C3%A7%C3%A3o%2520105.doc+RESOLU%C3%87%C3%83O+CEE/PI,+n%C2%BA.+105/2008&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

PIERI, Neucélia Meneghetti de. Organização Social e Representação Gráfica: crianças na Escola Itinerante do MST. Porto Alegre, 2002. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 1ª edição, 2000.

PUHL, Raquel Inês. Escola Itinerante do MST: O Movimento da Escola na Educação do Campo. Florianópolis, 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. II Conferência Estadual Por uma Educação básica do Campo. Abril de 2002, Porto Alegre – RS.

WEIDE, Darlan Faccin. Quefazer Pedagógico em Acampamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. Santa Maria, 1998. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.

Recebido em: 08/09/2010

Aprovado em: 28/10/2010